

AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: RELAÇÕES IMBRICADAS

Gilma Souza Oliveira

Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, e docente da Rede Estadual de Ensino da Bahia.
Mestra em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
gilma_oliver@hotmail.com

José Francisco dos Santos

Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná -UTFPR, e dos Programas de Mestrado em
Ciência Humanas e Sociais e Mestrado em Ensino da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB
jose.santos@ufob.edu.br

*Sou eu [...]
Aquele que sustentou
Sobre os ombros negros e fortes
O progresso do País.
(Carlos de Assumpção. Protesto. In: Quilombo, p. 33-38).*

RESUMO: Este artigo discute como a construção positiva da identidade étnico-racial da população negra pode contribuir para o desenvolvimento social do Brasil. Dessa forma, o objetivo é analisar como a valorização da população afrobrasileira pode contribuir para o desenvolvimento do país. Para alcançar esse objetivo, foram realizados estudos e discussões teóricas nas áreas do desenvolvimento humano, das relações étnico-raciais e das identidades e diferenças. Logo, trata-se de um estudo pautado em autores, como Moore (2005), Souza (2005) e Mbembe (2014). Como resultado, foi constatado que a escravidão e os legados deixados por ela reverberam até os dias atuais e são fatores que impedem o avanço do país. Além disso, o alto índice de analfabetismo, registrado principalmente em meio à população afro-brasileira —

devido à exclusão que esse grupo sofre em todos os espaços sociais, inclusive na educação, por questões de racismo — também é um fator que corrobora para esse cenário de atraso. Concluiu-se que a aceitação, a afirmação e a valorização da história e da cultura do povo negro contribui para que o Brasil se desenvolva em todos os aspectos.

Palavras-chave: Desenvolvimento social. Identidade étnico-racial. Educação.

AFFIRMATION OF ETHNIC-RACIAL IDENTITY AND SOCIAL DEVELOPMENT: INTERLOCKED RELATIONS

ABSTRACT: This article discusses how the positive construction of the ethno-racial identity of the Black population can contribute to Brazil's social development. Thus, the objective is to analyze how the appreciation of the Afro-Brazilian population can contribute to the country's development. To achieve this objective, studies and theoretical discussions were conducted in the areas of human development, ethno-racial relations, identities, and differences. The study is based on authors such as Moore (2005), Souza (2005), and Mbembe (2014). The study showed that slavery and its legacies reverberate to this day and are factors that impede the country's progress. Furthermore, the high illiteracy rate, particularly among the Afro-Brazilian population—due to the exclusion this group suffers from all social spheres, including education, due to racism—also contributes to this scenario of backwardness. It is concluded that the ease, affirmation, and appreciation of the history and culture of Black people contribute to Brazil's development in all aspects.

Keywords: Social development. Ethnic-racial identity. Education.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades que estruturam a sociedade brasileira são profundas em todos os aspectos — classe, sexo, gênero, raça e etnia —, pois a formação do povo brasileiro é pautada em raízes coloniais e escravocratas. Nesse contexto, a caminhada da população negra em busca de espaço, reconhecimento e noção de pertencimento na sociedade e dentro da própria raça tem sido um processo difícil, visto que as amarras do colonialismo e da escravidão, que se arrastam há décadas pela sociedade, interferem nesses processos. Esses acontecimentos históricos, assim como argumenta Grada Kilomba (2019, p. 223), “podem ser vistos como coisas do passado, mas estão intimamente ligados ao presente”.

“É o racismo institucional que explica essa contradição: segundo a Constituição Federal, o Estado deveria nos proteger; no entanto, é um dos maiores violadores dos nossos direitos”

(Dealdina, 2020, p. 30). Diante do exposto, Silvio de Almeida (2019, p. 54) elucida que, “uma vez que o Estado é a forma política do mundo contemporâneo, o racismo não poderia se reproduzir se, ao mesmo tempo, não alimentasse e fosse também alimentado pelas estruturas estatais”. Esse histórico reflete na sociedade como é hoje, marginalizando a população negra.

Nessa perspectiva, conforme afirma Paulo Freire (1979, p. 28), o processo de colonização de terras e culturas impede os “avanços necessários na educação e, consequentemente, para o desenvolvimento global das novas nações”. O estudioso faz essa colocação ao se referir aos povos africanos, mas essa mesma relação se aplica ao Brasil, terra invadida e colonizada pelos portugueses, marcada pela escravidão e por um atraso inquestionável no desenvolvimento social, inclusive, no que tange à educação.

Esse histórico explica a condição de subdesenvolvimento do país e as desigualdades sociais e raciais existentes que atingem principalmente os afro-brasileiros, os quais sofrem até os dias atuais com as mazelas deixadas por esses períodos (colonização e escravidão), sendo o racismo o mais perverso de todas as marcas enraizadas:

[...] o subdesenvolvimento socioeconômico, as desigualdades, a pobreza endêmica, a ignorância, o desemprego, a criminalidade, as mazelas irredutíveis de pobreza crônica (favelas, ranchos, morros etc.) são produtos de um processo secular, linear e concatenado: o genocídio e a escravização racial que marcou o período colonial e o feroz racismo institucional erigido durante todo o período pós-colonial. Esse impacto histórico cumulativo da opressão é que explica, em grande parte, o quadro desolador do conjunto das sociedades latino-americanas atualmente (Moore, 2005, p. 327).

Há, portanto, uma história marcada por violências e submissão em um país colonizado e com grandes disparidades sociais que se constituem como barreiras para que o Brasil alcance o pleno desenvolvimento social.

Quando nos referimos ao desenvolvimento, geralmente, relacionamo-nos às questões econômicas. Entretanto, para concebermos uma sociedade como desenvolvida, precisamos levar em consideração todos os aspectos sociais que influenciam a qualidade de vida e o bem-estar da população. Fatores, como nível de escolaridade e (des)igualdades étnico-racial e de gênero, estão relacionados e corroboram para o (não) desenvolvimento social de um país. “Falar de desenvolvimento social parece, à primeira vista, razoável, desde que se explicita que

o adjetivo, aqui, está abrangendo a totalidade social em suas várias dimensões: economia, política (no sentido amplo de relações de poder) e cultura” (Souza, 2005, p. 98).

Segundo Souza (2005, p. 96), a palavra “desenvolvimento” é “normalmente tomada como uma simples forma abreviada de se referir ao desenvolvimento econômico”. Esse conceito surgiu em um contexto de grandes catástrofes ambientais, em que se debatia o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, também passaram a ser considerados o desenvolvimento humano e o social. Todavia, o intuito sempre foi, na verdade, discuti-lo em um contexto econômico. Nesse cenário, os demais aspectos sociais permanecem condicionados ao desenvolvimento da economia.

Contudo, “sob um ângulo social abrangente, ou seja, que leve em conta os interesses legítimos de toda a sociedade, o desenvolvimento que importa não é ou deve ser meramente econômico [...]” (Souza, 2005, p. 96). Dessa forma, para concebermos uma sociedade como desenvolvida, precisamos levar em conta todos os aspectos sociais que influenciam indistintamente a qualidade de vida e o bem-estar da população, já que, para que haja desenvolvimento, é preciso haver igualdade de acesso aos direitos fundamentais para todos e todas, sendo as diferenças respeitadas e a diversidade valorizada.

Para Souza (2005, p. 96-97):

Não é nada incomum os manuais universitários fazerem referência a “benefícios esperáveis” do desenvolvimento econômico como a melhoria de “indicadores sociais”, a exemplo do aumento da taxa de adultos alfabetizados ou da redução da taxa de mortalidade infantil; no entanto, quem acredita, hoje em dia, que benefícios sociais sejam um produto automático do crescimento econômico ou da modernização tecnológica? [...] sem instituições e programas específicos voltados para a redistribuição de renda e a satisfação de necessidades básicas, o desenvolvimento econômico tende a não se fazer acompanhar de uma melhoria nos indicadores sociais. [...] é preciso reconhecer que também o sistema político, os valores e padrões culturais e, deve-se acrescentar, a organização espacial, devem ser adequadamente considerados; tudo isso junto, e não somente o aumento da produção de bens e o progresso técnico e tecnológico na produção desses bens, irá influenciar o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade.

Em outras palavras, para que uma sociedade se desenvolva, é necessário ter igualdade social, uma vez que os fatores sociais, como saúde, educação e (des)igualdades de gênero e étnico-raciais, para além da economia, influenciam de forma direta no desenvolvimento de uma nação. Souza (2005, p. 100) concebe o desenvolvimento da seguinte forma:

Na minha convicção, o desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um processo de mudança para melhor, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas.

Corroboramos o posicionamento de Souza (2005), e é partindo desse pressuposto que abordaremos o conceito de desenvolvimento. Nesse sentido, visamos analisar, a partir de um arcabouço teórico, como a afirmação da identidade étnico-racial do povo negro pode se constituir como elemento importante para o desenvolvimento social do Brasil. Para tanto, problematizaremos as questões relativas à identidade étnico-racial e exploraremos alguns dados, especialmente os voltados para a educação, para entendermos como as desigualdades sociais expressas em números influenciam, ou não, o desenvolvimento do país.

Além disso, realizaremos uma breve discussão sobre como o acesso à educação da população negra, inclusive, por meio de ações afirmativas de reparação histórica, a exemplo das cotas, pode contribuir para a inserção dessa população no mundo acadêmico. Essa inserção contribui para a construção do conhecimento, o respeito às diferenças e a diversidade, além de impulsionar o respeito e a valorização da história e da cultura do povo afro-brasileiro, constituindo-se como um elemento importante para superar as desigualdades e proporcionar o desenvolvimento social, humano e econômico do país.

2 QUESTÕES RELATIVAS À IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

Identidade é um processo que nunca está acabado: ela está sempre em desconstruções e reconstruções. Assim, ela é construída no discurso e nasce a partir da diferença, ou seja, a nossa identidade é sempre construída em relação ao outro. Trata-se de "uma construção permanente, que se estabelece entre os diferentes sujeitos e grupos sociais, os quais precisam um do outro para a sua identificação e autoafirmação na sociedade" (Santos, 2007, p. 33), uma vez que as identidades, bem como as diferenças, "não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas" (Hall, 2000, p. 81). Portanto, "não há identidade sem diferença" (Haesbaert *et al.*, 2007, p. 37), porque elas são "inseparáveis" (Hall, 2000, p. 75).

São essas diferenças que nos tornam seres únicos, construídos por experiências/vivências singulares. Entretanto, em uma sociedade como a brasileira, em que tais invenções (“culturais e sociais”) são moldadas por visões ditadas por um determinado grupo construído a partir dos privilégios sociais, as diferenças geram desigualdades. “Existe, portanto, um paradigma negativo da diferença na medida em que esta abre caminhos às forças da desumanização” (Mbembe, 2014, p. 164). Diante disso, vivemos permeados pelas relações de poder e por diversas formas de dominação.

De acordo com Veiga-Neto (2004, p. 5):

Mais do que nunca, têm sido frequentes e fortes tanto os embates sobre a diferença e entre os diferentes, quanto a opressão de alguns sobre os outros, seja na busca da exploração econômica e material, seja nas práticas de dominação e imposição de valores, significados e sistemas simbólicos de um grupo sobre os demais.

Logo, as práticas de dominação e a imposição de valores, os quais são propagados como superiores, são históricas no Brasil — desde o período colonial —, e isso influencia a forma como somos e nos constituímos como sujeitos na atualidade. Desse modo, as identidades “não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (Hall, 2000, p. 81). Essas disputas geram relações de poder.

De acordo com Hall (2000), para que haja essa relação de poder, é construída a normalização de uma identidade tida como padrão, e a ela são conferidas todas as características positivas possíveis. No caso do Brasil, essa situação se refere à população branca. “O branco é, a vários respeito, uma fantasia de imaginação europeia que o ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar” (Mbembe, 2014, p. 84). Consequentemente, as demais populações (a exemplo da indígena, da negra e da quilombola) são ajuizadas a partir dela — logicamente, e de forma estratégica, com um caráter depreciativo.

De acordo com Hennigen e Guareschi (2006, p. 71):

A atribuição de todas as características positivas a uma identidade leva à fixação de uma identidade como norma, a constituição da chamada identidade hegemônica, que se tornará a identidade — todas as outras possibilidades identitárias estarão colocadas como hierarquicamente inferiores a esta.

É preciso problematizar essa normalização e quebrar esse padrão, pois “a desnaturalização dos fenômenos sociais – ou seja, tomá-los não como algo desde sempre dado, mas como algo historicamente construído – é um primeiro e necessário passo para intervir nesses fenômenos” (Veiga-Neto, 2004, p. 7). A dominação da cultura e dos costumes europeus e, atualmente, a cultura norte-americana, foi construída e consolidada no Brasil como o padrão a ser seguido, devido aos processos de colonização, escravidão e, mais recentemente, globalização.

No contexto brasileiro, o caráter depreciativo ocorre com aqueles que “fogem do padrão” normatizado pela sociedade: o homem cis gênero, branco e de classe média/alta. Esse é o modelo sistematizado como ideal e concebido pela população brasileira. Por conseguinte, a maioria das pessoas tentam se encaixar nesse padrão, e os demais são inferiorizados, a exemplo do que acontece com as populações negra e quilombola brasileiras, carregadas por um imaginário simbólico do período da escravidão que se alastra e deixa marcas até hoje.

Em uma sociedade extremamente desigual e racista como a brasileira, em que o imaginário das pessoas é moldado por visões ditadas por determinado grupo construído a partir dos privilégios sociais, as diferenças geram desigualdades, as quais causam pobreza, desastres sociais, enfim, falta de condições mínimas necessárias para uma vida digna.

No Brasil, o histórico da população negra, durante muito tempo, resumiu-se principalmente à escravidão, momento em que os africanos foram retirados a força da terra natal e trazidos para solos brasileiros em condições desumanas nos chamados navios negreiros. Aqui, exerciam um trabalho cuja mão de obra era escrava, com carga horária exaustiva, e vivendo em espaços sem o mínimo de dignidade para a sobrevivência humana — as senzalas.

Assim como bem assinala Mbembe (2014, p. 12), “homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda”. Tal condição se alastrou por quase 400 anos, período que durou a escravidão “legal” no Brasil. Isso provocou um grande atraso no desenvolvimento do país, pois restringia o acesso dessa população à educação, à moradia e às riquezas, que permaneciam concentradas nas mãos de uma pequena parcela da população.

As pessoas escravizadas trazidas do continente africano tiveram um importante papel na economia brasileira, dado que o crescimento econômico do país, por muito tempo, foi condicionado à exploração da mão de obra escravizada nos canaviais e nos plantios de café e

de algodão, por exemplo. Ou seja, o potencial produtivo do país era limitado à escravidão por ser a única mão de obra/força braçal daquela época.

A escravidão gerou riquezas, porém apenas para alguns poucos, como os senhores donos de terras e donos das pessoas escravizadas. Por outro lado, o desastre humano que foi período histórico promoveu atrasou o desenvolvimento da sociedade como um todo e reverbera até hoje. Não se investia em infraestrutura mínima para o país, tampouco em educação, pois boa parte dos habitantes eram os escravizados, os quais, de acordo com a dinâmica social da época, “não precisavam de educação escolar”.

Não há como um país se desenvolver em nenhum aspecto, nem mesmo economicamente, quando a maioria da população é analfabeta. Portanto, a pobreza, as discriminações e a violência — que afetam a população negra — ainda são reflexos da escravidão, mesmo passados mais de 130 anos da abolição.

Assim, a narrativa de uma herança colonial e escravocrata se alastra até os dias atuais, pois a assinatura da Lei Áurea¹ não trouxe a tão sonhada liberdade das pessoas escravizadas. O fim “legal” da escravidão não proporcionou à população negra uma vida digna (Sansone, 2004), porque foram privados de terra, de moradia — ficando às margens da sociedade e buscando lugares mais distantes para morar, já que eram os únicos locais de acesso, o que, hoje, são chamados de “favelas” — e de emprego, uma vez que houve uma intensa imigração de outros povos europeus para o país, os quais assumiram postos de trabalho. Tudo isso contribuiu e contribui para impedir a ascensão social do povo negro, configurando em altos índices de miséria e pobreza.

Nessa conjuntura, a população negra, estigmatizada e violentada, não encontra estímulos e motivos para buscar melhorias de vida, pois sempre foi e, por vezes, ainda é, introjetado na mente deles que são inferiores. Em consequência disso, muitos não se veem como capazes, por não se reconhecerem enquanto sujeitos importantes na dinâmica social e como constituintes da história e da formação da nação brasileira.

É importante salientar que a identidade étnico-racial de uma pessoa passa por momentos de construções, desconstruções e aceitação (Souza, 2021). Entender esses processos é muito importante, principalmente quando se trata da (re)construção de identidades das populações que foram e são excluídas e marginalizadas historicamente, a exemplo dos negros.

¹ Lei nº 3.353, que declara extinta a escravidão no Brasil, sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, no dia 13 de maio de 1888.

Diante disso, a autoaceitação, em uma sociedade em que o discurso em relação ao seu povo e à sua etnia é de negação, exige desconstruções de um imaginário construído e (re)afirmado durante séculos. Portanto, é importante pensar nesses processos e nos impactos que exercem (in)diretamente na formação e no desenvolvimento social do sujeito e do país, bem como na construção da identidade étnico-racial dos grupos “marginalizados”:

A participação do indivíduo na construção do mundo social possibilita a emergência de diferentes significações (e de novidade), que podem transformar o curso de seu desenvolvimento, assim como afetar a dinâmica da comunidade em que se encontra inserido. Por outro lado, as práticas sociais afetam as significações e construções simbólicas da pessoa [...] (Sifuentes; Dessen; Oliveira, 2007, p. 379).

Isso significa que, ao se desenvolver enquanto sujeito, este influencia no desenvolvimento social como um todo, ao contribuir para a inserção no mercado de trabalho e para que haja ações sociais e pesquisas. Contudo, as práticas sociais de discriminação e racismo contra a população negra afetam a autoaceitação e a formação da identidade desse povo. A pessoa não concebe o autodesenvolvimento (estudar, inserir-se no mercado de trabalho e buscar formas de lazer, por exemplo) quando a própria imagem é o tempo todo negada, distorcida, discriminada e excluída (!).

Assim, desconstruir o imaginário negativo que a sociedade como um todo perpetua em relação à população negra, combater os preconceitos e o racismo, e lutar pela igualdade étnico-racial são elementos importantes para a autoaceitação e a construção positiva da identidade da pessoa negra. Isso, pois, reconhecer-se e se ver como parte integrante da estrutura social é extremamente importante para que o indivíduo — nesse caso, o afro-brasileiro — consiga alçar voos em busca do desenvolvimento pessoal, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

2.1 AS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS EXPRESSAS EM NÚMEROS: DADOS QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Devido à escravidão e ao racismo estrutural, a população afro-brasileira é a que mais sofre no Brasil quando se fala em oportunidades de acesso a serviços básicos e de bem-estar,

como educação, saúde, emprego, moradia e renda. Consequentemente, é o povo que menos consegue se desenvolver — intelectual e economicamente.

Se determinado grupo não tem acesso aos direitos, aos serviços básicos e ao mínimo de oportunidades, ele vive em condições precárias, o que influencia o desenvolvimento do país como um todo. Um dos indicadores usados para mensurar o desenvolvimento de uma nação é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a fim de mostrar o avanço das sociedades com base em fatores, como a expectativa de vida, educação e renda. O IDH varia em uma escala de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2021/2022, o IDH do Brasil está em 0,754, sendo a 87ª posição no ranking entre 191 países.

Em uma escala entre desenvolvimento humano muito elevado, elevado, médio e baixo, o IDH do Brasil é considerado elevado, conforme a escala usada para essa mensuração. No entanto, quando é usado o parâmetro “ajustado às desigualdades”, o país cai 17 posições no “ranking”, assim como elucida o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por meio desse índice, é medida a perda do desenvolvimento humano devido às desigualdades sociais, marcadas por elementos, como a má distribuição de renda e as desigualdades educacionais. Para a análise desse índice, toda a população é considerada, independentemente de classe, sexo, gênero, raça e etnia.

Dados do IBGE mostram como isso reflete nas desigualdades presentes no país. Ao se falar em desigualdades, não é possível conceber o desenvolvimento pleno da sociedade. O Índice de Vulnerabilidade Social — expressão quantitativa de análise composta por indicadores de renda, comprometimento de renda e fatores sociais de vulnerabilidade — mostrou, a partir de uma pesquisa feita pelo IBGE, que a qualidade de vida da população brasileira melhorou em uma década. Contudo, não foi suficiente para superar as desigualdades. O índice de pobreza para a pessoa branca era de 3,3 em 2008 e 2009 e passou para 1,1 em 2017 e 2018. Já entre a população negra — pretos e pardos —, o indicador passou de 9,6 para 3,2. É perceptível, portanto, a difícil desvinculação entre o nível de pobreza e as raças, e a perpetuação das desigualdades.

Nesse viés, as diferenças dos dados brasileiros quando nos referimos à população por raça/etnia é uma situação alarmante no que tange às diferenças. De acordo com os estudos realizados pelo IBGE e divulgados na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2021), em relação ao mercado de trabalho e à distribuição de renda em cargos gerenciais, 69% eram ocupados

por brancos, enquanto apenas 29,5% por pretos e pardos. Pessoas em ocupações informais somam, em porcentagem (%), os seguintes valores: 32,7 brancas; 43,4 pretas; e 47,0 pardas. Isso reflete na percentualidade de indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza², visto que 11,4% das pessoas pardas se encontram nessa condição, 9% dos pretos e 5% das pessoas brancas.

No quesito “condições de moradia e patrimônio”, levando em consideração os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil ha), brancos possuíam 79,1%, enquanto pretos e pardos detinham apenas 19%. Nesse cenário, a maioria da população preta e parda ocupa os lugares tidos como marginalizados na sociedade, a exemplo de morros, becos e favelas, isto é, os bairros mais afastados do centro, fato que reforça ainda mais a discriminação contra essa população e as desigualdades sociais. Não só, mas é acentuada a falta de acesso aos serviços básicos de saúde, infraestrutura, educação, saúde e lazer, dado que eles são mais precários nas áreas mais distantes dos (grandes) centros urbanos. Assim como nos afirma Souza (2005), essa “segregação residencial” é resultado de vários fatores, incluindo a pobreza e o racismo.

Esse é o reflexo do período da escravidão, em que as pessoas negras escravizadas viviam em senzalas, sem as condições mínimas necessárias para a sobrevivência humana. Isso continuou quando, após a abolição da escravidão, não foi pensada em nenhuma condição de inserção desses sujeitos na sociedade para o respectivo desenvolvimento enquanto pessoa humana, ficando à margem da sociedade e ocupando os locais mais distantes — únicos espaços que eles tinham condições de acesso.

Ao criticar a segregação residencial mencionada, Souza (2005, p. 83) explica que as:

Melhores condições de habitação, na escala da casa e também na escala do local de moradia em sentido mais amplo, na esteira de investimentos públicos em infraestrutura técnica e social, em habitação popular, em regularização fundiária etc., devem contribuir para uma diminuição dos preconceitos contra os espaços segregados típicos das cidades brasileiras, especialmente no caso das favelas. Menos preconceitos podem ter, a médio ou longo prazo, uma repercussão bastante positiva na auto-estima coletiva, o que, por sua vez, é um componente importante de um processo de desenvolvimento [...].

² O Banco Mundial adota, como linha de pobreza, os rendimentos *per capita* US\$ 5,50 PPC, equivalentes a R\$ 486 mensais *per capita*.

Contudo, até hoje, devido à marginalização que sofre o povo negro, a falta de oportunidades de estudos e empregos faz com que continuem a viver nesses espaços estigmatizados. De acordo com Castells (2018, p. 106):

A maioria dos negros de classe média se esforça para se afastar não só da realidade do gueto, mas também do estigma lançado sobre eles por causa da cor de sua pele a partir do projeto decadente do gueto. Eles conseguem esse afastamento principalmente ao isolarem os filhos das comunidades negras de baixa renda (mudando-se para os subúrbios, isto é, áreas mais abastadas, integrando-os a colégios particulares onde predominam brancos).

Ao chegar nos colégios particulares, encontram barreiras que continuam a influenciar em seu desempenho escolar, a exemplo de fortes discriminações e exclusões em um espaço ocupado majoritariamente por brancos de classe média alta.

É sabido que o processo educacional melhora as condições de vida das pessoas. No fator “estudo”, os negros continuam à margem, porque os indicadores do IBGE mostram como a educação para a população negra ainda está aquém do nível nacional para que tenha o mínimo de condições dignas de vida. A taxa de analfabetismo³ entre a população preta/parda com 15 anos ou mais em 2016 era de 9,1, caindo para 7,4 em 2022. Esse avanço é importante, mas ainda é distante dos números relacionados à população branca, que já eram menores em 2016, se comparado aos números de hoje para a população negra: caiu de 3,8%, em 2016, para 3,4% em 2022. Nesse mesmo período, para a população preta/parda com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo era de 30,7%, passando para 23,3%. Já para o branco, a porcentagem era de 11,6%, ficando em 9,3%.

Gontijo, Costa e Perovano (2020, p. 21) explicam que:

No período de 9 a 19 de setembro de 1965, foi realizado, em Teerã, o Congresso Mundial de Ministros de Educação para Erradicação do Analfabetismo. Esse congresso reconheceu que o analfabetismo era um atentado à dignidade humana e que impedia o desenvolvimento econômico. Conforme assinalado pelo então diretor geral da Unesco, René Maheu, “reciprocamente, a alfabetização é um fator de desenvolvimento” (Unesco, 1968, p. 10, tradução nossa) [...] relacionou alfabetização e desenvolvimento social, individual e econômico, e analfabetismo e subdesenvolvimento, requerendo dos países pobres ações que pudessem aumentar os índices de alfabetismo.

³ Segundo o IBGE (2021), é considerado alfabetizado quem sabe ler e escrever um bilhete simples.

O alfabetismo é, como posto, um vetor de desenvolvimento, inclusive, econômico. Assim, o alto índice de analfabetos no Brasil, composto por mais de 10 milhões de pessoas, uma taxa duas vezes maior para os pretos e os pardos em relação aos brancos (IBGE, 2023), é um dos fatores que explica a condição de subdesenvolvido do Brasil. Sendo a população negra aquela que ocupa o maior índice de analfabetos no país, as desigualdades étnico-raciais influenciam a posição do Brasil no IDH, que não alcança patamares altos. Isso serve para se refletir sobre o quanto o preconceito e a discriminação étnica excluem a população negra e impedem o desenvolvimento tanto individual quanto social e econômico. Não se pode conceber desenvolvimento em meio a tantas desigualdades e a uma taxa tão alta de pessoas negras ainda analfabetas e desempregadas ou em empregos informais.

Estas situações condicionam o acesso desigual ao mercado de trabalho, ao mercado de consumo e aos direitos fundamentais. Nessas condições, a população negra fica à mercê dos trabalhos braçais, enquanto a população branca, com maior instrução escolar, ocupa cargos com melhores condições de trabalho e de salário, aumentando e reproduzindo cada vez mais as disparidades existentes entre as populações branca e negra.

Em 2022, conforme o IBGE, havia 9.807 milhares de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estavam em ocupação ou em estudo/qualificação. Dessas, 6.683 eram pretas/pardas, e 3.021 brancas (IBGE, 2023). Além disso, a falta de educação básica não só impede a ascensão social do sujeito, individualmente, como também faz com que muitos problemas sociais se agravem, como a pobreza, a fome e a miséria.

Portanto, a garantia de acesso à educação e à permanência na escola para todos, indistintamente, é necessário para um país que almeja desenvolvimento. O relatório final do congresso de Teerã “colocou a alfabetização, principalmente dos adultos, como requisito para a modernização e para o desenvolvimento da sociedade, dos indivíduos e do sistema econômico” (Gontijo; Costa; Perovano, 2020, p. 21).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (Brasil, 2018, p. 6). Logo, a educação é um fator preponderante para promover avanços, pois contribui para que tenhamos um mundo mais justo, próspero e ambientalmente mais equilibrado, além de favorecer o desenvolvimento econômico, social e cultural, fazendo com que cada um,

principalmente aqueles que têm a imagem estereotipada e discriminada, fortaleça as próprias identidades e dignidade enquanto pessoas humanas.

2.2 A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO PARA FORTALECER A IDENTIDADE AFROBRASILEIRA E SUPERAR O RACISMO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS PARA SE CONCEBER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL HUMANO

Um Brasil que encara o racismo e requer a equidade é um país mais desenvolvido socioeconomicamente e democraticamente. Portanto, é mais justo. Diante disso, são necessárias medidas que revertam o desastroso quadro das desigualdades sociais existentes, principalmente em decorrência do racismo contra a população afrobrasileira, para que a sociedade se desenvolva de forma igualitária.

O principal meio para alcançar isso é, sem dúvidas, a educação, uma vez que ela faz com que o sujeito tome consciência de si e da própria história, emancipe-se e desenvolva a criticidade em relação ao entorno e à realidade que vivencia, individual e socialmente. Nessa condição, Paulo Freire (1979, p. 40) ressalta a importância da tomada de consciência, pois “aqueles que estão ‘conscientizados’ apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la, ao menos com seu projeto e com seus esforços”. É, portanto, encontrar nos próprios saberes a fonte de poder (Sarlo, 1997), fundamental para romper essas amarras coloniais e escravagistas.

Nesse sentido, políticas públicas de reparação histórica são mecanismos usados pelo governo como políticas de Estado, com a finalidade de reverter o quadro histórico de desigualdades que enfrenta a população negra. Isso faz com que esses povos sejam inseridos em espaços que promovem a ascensão social, a exemplo das universidades.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, configura um importante mecanismo de reparação histórica e de inserção da população negra na educação superior, ao dispor, em seu Artigo 1º, que as instituições de ensino federal em cursos de graduação devem reservar, no mínimo, metade das vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio na rede pública (Brasil, 2012). As cotas se estendem aos indígenas, negros, quilombolas e pessoas com deficiência (PcD) da unidade da federação, segundo os dados do IBGE. A lei também se aplica aos cursos de pós-graduação.

Em 13 de novembro de 2023, a Lei de Cotas foi atualizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que modificou o recorte econômico, passando para um salário mínimo — antes, um salário mínimo e meio —, e determinou que metade do percentual reservado às cotas seja para os autodeclarados negros. Além disso, a proposta é que todos compitam em ampla concorrência, e aqueles declarados pretos, pardos, indígenas ou pessoas com deficiência, caso não sejam aprovados nessa modalidade, tenham a chance de concorrer na categoria das cotas.

Nesse cenário, é uma chance a mais para que os jovens negros compitam em “pé de igualdade” com aqueles que tiveram e têm as mesmas condições de ensino para ingressar no ensino superior. Isso, pois a realidade da educação pública do país, principalmente na última etapa da educação básica, ou seja, o ensino médio, é formada por jovens provenientes de baixa renda, sendo, em sua maioria, negros(as). De acordo com Observatório em Educação, Ensino Médio e Gestão, 59,2% dos matriculados na rede brasileira, no ensino médio, em 2020, eram negros, e 40,8%, brancos.

Com essas mudanças na lei, a expectativa é a de que mais pessoas excluídas dos espaços acadêmicos, principalmente os negros, acessem as universidades. Portanto, essas alterações são consideradas positivas, pois os critérios são mais restritos àqueles que realmente não tiveram as condições mínimas necessárias na educação básica. Sem essas modificações, eles não teriam a chance de alcançar a ascensão social por meio dos estudos, via ensino superior, para, posteriormente, ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada e ocupar outros espaços para além dos trabalhos manuais, sem valorização e com baixas condições de remuneração, na maioria das vezes.

Assim, ao proporcionarem acesso às universidades, as cotas representam expectativas de mudança nas condições de vida da população negra. Além disso, fomentam a pluralidade no ambiente acadêmico e nos setores públicos, pois concebem a real diversidade da população brasileira, uma vez que, antes, esses espaços eram ocupados basicamente por pessoas de classe média/alta e brancas. Os dados comprovam isso.

Em 2022, de acordo com o Censo do IBGE, apesar de ser a maioria na população brasileira, com 56,1%, a população preta e parda ocupava apenas 48,3% das vagas universitárias, somando as instituições públicas e privadas (IBGE, 2023). Apesar desses dados, as cotas representam um avanço, pois, em 2018, o número de alunos negros representava 35,8% do total de número de matrículas nas universidades, dado que já esteve em 8,9%, no ano de 2009 (anterior às cotas). Esse quadro era ainda mais desolador quando somente 8,8%

dos jovens negros, entre 18 e 24 anos, frequentavam ou concluíram o ensino superior, de acordo com dados do Censo do Ensino Superior de 2011.

É certo que uma única lei não é suficiente para resolver os problemas sociais que assolam o país e atrasam o respectivo progresso. Entretanto, ela representa um avanço, porque a presença das pessoas negras nos espaços acadêmicos contribui para a construção do conhecimento, uma vez que podem explicar suas vozes e mostrar suas culturas, que foram historicamente silenciadas. Esse conhecimento contribui para a redução das disparidades existentes no país, ao passo que a população negra começa a ocupar espaços, antes inacessíveis a ela, e muda as condições de vida, ascendendo-se socialmente.

A educação é, portanto, um fator primordial para acelerar o desenvolvimento humano, porque, assim como nos alerta bell hooks (2003, p. 266), “independentemente de classe, raça, gênero ou posição social, sem a capacidade de pensar criticamente sobre nosso ser e nossa vida”, ninguém, tanto individualmente quanto socialmente, “seria capaz de progredir, mudar, crescer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em desenvolvimento, não podemos considerar apenas os aspectos econômicos, tendo em vista que os fatores que geram desigualdades também precisam ser levados em conta, a exemplo das questões étnico-raciais. É sabido que a economia melhora a condição de vida das pessoas. Contudo, a economia concentrada nas mãos de poucos — má distribuição de renda — gera desigualdades e pobreza para a maioria da população, principalmente para os negros, a parcela mais excluída da sociedade. Portanto, elementos, como qualidade de educação para todas as pessoas, precisam ser analisados e receber maiores investimentos, caso seja almejado o real desenvolvimento social para além dos números.

A alfabetização e o processo de educação, se ofertados de forma justa e igualitária a todas as populações, constituem uma poderosa ferramenta para combatermos as desigualdades socio-histórico-econômicas e contribuem para a ascensão social do povo negro, para que eles se vejam e se reconheçam dentro de sua cultura, construindo uma identidade positiva sobre si, seus antepassados, sua história e sua cultura. Logo, superar essas

desigualdades é um elemento preponderante para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O verdadeiro desenvolvimento social, humano e econômico, no Brasil, só será possível quando os negros alcançarem os mesmos patamares de acesso aos direitos e aos serviços básicos aos que têm os brancos. É preciso, portanto, reverter o cenário de vulnerabilidade que essa população se encontra, pois, ao passo que o desenvolvimento avança, a estratificação da sociedade se desfaz; conseqüentemente, o preconceito e a discriminação também diminuem. Não só, mas as pessoas negras também são inseridas na educação e no mundo do trabalho e do lazer, constituem-se enquanto integrantes da sociedade e, por conseguinte, constroem um processo de autoaceitação e uma identidade positiva como pessoas negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; Costa, Dania Monteiro Vieira; Perovano, Nayara Santos. Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 31, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acesso em 2025. p. 33-56.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 23, p. 57-74, 2006.
- HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): resultados 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MOORE, Carlos. Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 307-334.
- SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Salvador: Edufba; Pallas, 2004.
- SANTOS, Risomar Alves dos. **Racismo, preconceito e discriminação: concepções de professores**. 2007. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SIFUENTES, Thirza Reis; DESSEN, Maria Auxiliadora; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Desenvolvimento Humano: Desafios para a Compreensão das Trajetórias Probabilísticas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 4, p. 379-386, 2007.
- SOUZA, Marcelo L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- VEIGA-NETO, Alfredo *et al.* (org.). **Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.